



A DIALÉTICA DO TERRITÓRIO USADO: A INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A SUBVERSÃO DO TRABALHO DECENTE DE PESCADORES ARTESANAIS NA REGIÃO DO MÉDIO RIO MADEIRA¹

THE DIALECTIC OF THE USED TERRITORY: SOCIO-ENVIRONMENTAL INJUSTICE AND THE SUBVERSION OF DECENT WORK FOR ARTISANAL FISHERMEN IN THE MIDDLE MADEIRA RIVER REGION

LA DIALÉCTICA DEL TERRITORIO UTILIZADO: LA INJUSTICIA SOCIOAMBIENTAL Y LA SUBVERSIÓN DEL TRABAJO DECENTE DE LOS PESCADORES ARTESANALES EN LA REGIÓN DEL RÍO MADEIRA MEDIO

Dalmo Luiz Roumiê da Silveira²

RESUMO

O trabalho examina os impactos socioambientais e trabalhistas da construção das Usinas Hidrelétricas (UHEs) do Rio Madeira sobre as comunidades de pescadores artesanais. Argumenta-se que a imposição de um modelo de desenvolvimento industrial (tese) sobre o modo de vida tradicional ribeirinho (antítese) gerou uma dialética do território usado, cuja síntese foi um processo de desterritorialização. Esse fenômeno vai além da simples perda econômica, manifestando-se como uma injustiça socioambiental (Acseirad, 2004) que subverte o conceito de trabalho decente (OIT), transformando-o de um direito em um instrumento de apagamento

¹ Resumo apresentado ao GT 5 - Justiça e Conflitos Socioambientais na Amazônia, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

² Advogado. Lattes: 0822178473064790, in <http://lattes.cnpq.br/0822178473064790>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9992-4571>.



cultural. A pesquisa, de natureza teórica e documental, utiliza como arcabouço dados secundários, pareceres técnicos e estudos de impacto ambiental para demonstrar que a falha das políticas de mitigação reside na incapacidade de reconhecer a dimensão existencial do trabalho ribeirinho, resultando na perda de saberes ancestrais, na ruptura de laços comunitários e na violação da dignidade humana.

Palavras-Chave: Pescadores artesanais; Rio Madeira; Hidrelétricas; Justiça socioambiental; Trabalho decente.

INTRODUÇÃO

O trabalho realiza uma análise crítica e reflexiva sobre os impactos socioambientais da construção e operação das Usinas Hidrelétricas (UHE's) do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) sobre as comunidades de pescadores artesanais na região do seu médio curso, especificamente entre Porto Velho (RO) e Humaitá (AM). O cenário amazônico, marcado por tensões entre modelos de desenvolvimento e conservação dos modos de vida tradicionais, expõe a fragilidade das estruturas de proteção aos direitos humanos frente aos megaempreendimentos (Amorim *et al.*, 2008).

A situação-problema reside na imposição de um modelo de desenvolvimento industrial que, ao ignorar a complexa relação existencial dos povos ribeirinhos com o Rio Madeira, gerou um processo de desterritorialização e desaparecimento de saberes. O objetivo é demonstrar que este fenômeno transcende a perda econômica, manifestando-se como uma injustiça socioambiental que subverte o conceito de trabalho decente (OIT), transformando-o de um direito em um instrumento de apagamento cultural, não considerado para fins de ações de mitigação ou reparação.



A tese central sustenta que essas políticas falham ao se limitarem a recompor bens e números de produção, ignorando a destruição do sistema econômico e social dos ribeirinhos, indicando uma visão reducionista que desconsidera a dimensão cultural e identitária do trabalho. A justificativa reside na urgência de debater a ambientalização das lutas sociais, destacando a necessidade de um novo pacto socioambiental na Amazônia (Acselrad, 2010), voltado para políticas públicas que possam efetivamente recompor o modelo de vida dos pescadores artesanais e suas comunidades.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

A pesquisa emprega uma abordagem mista, utilizando métodos de análise bibliográfica/documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante.

O *corpus* documental consiste na análise crítica da literatura especializada (artigos, teses, dissertações e relatórios técnicos de organizações não governamentais) que versa sobre os impactos das UHEs do Rio Madeira, com ênfase na crítica aos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e nos programas de mitigação, analisando-se seu conteúdo para examinar as categorias de impacto e as propostas de mitigação.

Estes dados devem ser analisados sob a ótica do arcabouço teórico da Justiça Socioambiental (Acselrad, 2004), a crítica da Dialética do Território Usado (Santos, 2005) e a teoria da Governança dos Comuns de Elinor Ostrom (1990), de forma a evidenciar como o território é concebido simultaneamente como espaço de vida e recurso produtivo, cuja apropriação desigual gera conflitos.



Está prevista uma fase de coleta de dados primários, composto de entrevistas semi-estruturadas com pescadores artesanais, representantes de associações/cooperativas e de órgão públicos e empresas, com questionamentos compartimentados em cinco blocos temáticos que se relacionam, de forma a possibilitar o diálogo com os referenciais teóricos (lentes) que orientam a pesquisa.

Dados primários devem então ser analisados à luz de dados secundários (relativos à política pública do seguro-defeso e do benefício do bolsa-família) concedidos antes e após a construção dos empreendimentos hidrelétricos, embasando um Relatório Diagnóstico Técnico-Social da Cadeia de Trabalho na Pesca Artesanal do Médio Madeira. Desta realidade emergirá o Plano de Ação para a Promoção do Trabalho Decente e Acesso à Justiça, idealmente considerado como o produto técnico do trabalho.

A DIALÉTICA DO TERRITÓRIO E A SUBVERSÃO DO TRABALHO DECENTE

O conflito no Médio Rio Madeira é a manifestação da imposição de uma tese (o capital, a energia, o progresso) sobre uma antítese (o modo de vida ribeirinho, a pesca, a subsistência), resultando na síntese da desterritorialização (Santos, 2005).

Para o pescador artesanal, a identidade é indissociável da prática da pesca, que é um ato de subsistência, autonomia e perpetuação cultural (Ribeiro, 2010; Lima *et al.*, 2012). O ecossistema aquático do rio, essencial para a atividade, é um Recurso de Uso Comum (RUC) que, historicamente, foi gerido por instituições auto-organizadas dos ribeirinhos, com regras de acesso, sazonalidade e monitoramento que permitiram o uso sustentável do recurso ao longo do tempo (Ostrom, 1990).



O Trabalho Decente (OIT), que engloba segurança, dignidade e liberdade, confunde-se, neste contexto, com a própria manutenção do modo de vida. Contudo, a análise revela que o conceito foi instrumentalizado no discurso institucional. Nantes (2023) argumenta que o termo foi apropriado para promover um "apagamento de conflitos sociais", reduzindo o direito à dignidade do trabalho a uma mera oportunidade de emprego ou compensação financeira, desvinculada do saber-fazer ancestral e da relação com o rio.

INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E O FRACASSO MITIGATÓRIO

A literatura analisada e os relatórios técnicos (Amigos da Terra, 2006) apontam que os EIA/RIMA das UHEs demonstraram um déficit de reconhecimento da complexidade socioambiental, focando a avaliação de impacto em variáveis majoritariamente econômicas e materiais. A dimensão existencial e cultural do trabalho ribeirinho foi subestimada e tratada como impacto secundário, passível de "mitigação" via compensação financeira. O relatório *Estudos Não Confiáveis* (Amigos da Terra, 2006) expôs falhas graves, como a abrangência equivocada e a ausência de estudos detalhados sobre a dinâmica dos recursos pesqueiros.

As políticas de compensação, centradas em indenizações, não foram suficientes para restaurar a integridade cultural e social. O fracasso não foi apenas econômico, mas institucional: o modelo de licenciamento imposto falhou ao destruir as instituições de governança dos Recursos de Uso Comum (a pesca), substituindo o autogoverno local por arranjos de gestão, agravando a tragédia do comum.

Um dos resultados é a desterritorialização, que, conforme a tese de Cavalli (2020), representa uma violação do princípio da dignidade humana ao negar identidade e pertencimento, ultrapassando os efeitos de uma perda territorial física.



A desarticulação do modo de vida baseado na pesca artesanal, típico das comunidades ribeirinhas no trecho do Médio Rio Madeira, acaba por subverter as políticas públicas, ora utilizadas como substitutos da renda mínima para a sobrevivência.

A distribuição desigual dos ônus e benefícios do empreendimento configura a injustiça socioambiental, onde o ônus da "modernização" recai sobre as populações vulneráveis, sem prévio e completo debate acerca das medidas reparatórias dos modos de vida, a serem propostas por políticas públicas específicas para cada empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso das UHEs do Rio Madeira e seus impactos sobre os pescadores artesanais demonstram o fracasso do modelo de desenvolvimento que prioriza a lógica do capital em detrimento dos direitos humanos e socioambientais. A falha crucial foi a incapacidade de reconhecer o trabalho de pesca artesanal em sua dimensão cultural e existencial, reduzindo-o a uma variável econômica substituível.

A materialização da dialética do território usado resultou na subversão do Rio Madeira de um espaço de vida para um vetor de produção de energia, e na subversão do trabalho decente de um direito para um instrumento de possível apagamento.

Conclui-se que a experiência dos ribeirinhos impactados pelos projetos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Médio Rio Madeira, é emblemática da injustiça socioambiental na Amazônia e reforça a urgência de um novo paradigma de planejamento que incorpore o reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais como pressupostos inegociáveis para a efetivação da Justiça Ambiental.



Esta incorporação passa pela perspectiva de adequação das políticas públicas existentes ou sua reformulação, passando-se a considerar em maior medida os aspectos culturais e sociológicos da pesca artesanal nas compensações advindas das intervenções no território tradicional ribeirinho.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AMIGOS DA TERRA. *Estudos Não Confiáveis: 30 Falhas no EIA-RIMA do Rio Madeira*. Porto Velho: Amigos da Terra Amazônia Brasileira, 2006. 109, 2011. Disponível em: https://www.banktrack.org/download/report_on_rio_madeira_eia_breaches/0_foe_amazonia_doc_re_pareceres.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

AMORIM, S. N. et al. *O licenciamento ambiental para hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau)*. Brasília: ENAP, 2008.

CAVALLI, Kaiomi de Souza Oliveira. *A desterritorialização dos ribeirinhos do Rio Madeira no Estado de Rondônia e a violação do princípio da dignidade humana: um novo olhar a partir da teoria do reconhecimento*. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2020.

LIMA, D. A.; DORIA, C. R. C.; FREITAS, C. E. C. *Pescarias Artesanais no Médio Rio Madeira: uma abordagem da pesca e do território*. 2012.

LIMA DA SILVA ARAÚJO, G. V.; AGUIAR CAVALCANTE, M. M. de . *Hidrelétricas na Pan-Amazônia e a Desterritorialização das Comunidades Ribeirinhas de Vila do Teotônio/Brasil e Cachuela Esperanza/Bolívia*. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 21, n. 61, p. 401–423, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14994447. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/6700>. Acesso em: 27 out. 2025.



NANTES, Rosalina Alves. Os (Efeitos de) Sentidos sobre o Trabalho Decente na UHE do Rio Madeira: apagamento de conflitos sociais em comunidades amazônicas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RIBEIRO, Marcela Arantes. No espelho das águas: um lugar ribeirinho no Rio Madeira. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território: do global ao local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: um conceito reescrito. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 25-54.